

## **O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE UBATÃ NO PERÍODO DE 1987 A 1995**

\*Marcos Santos Figueiredo

### **RESUMO**

Este artigo objetiva analisar a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Ubatã e sua importância para a defesa dos interesses dessa classe de trabalhadores. Aborda a evolução histórica da entidade e a sua importância para a garantia de direitos dos trabalhadores da zona rural ubatense bem como o contexto político em que se deu essa evolução.

Palavras-chave – sindicalismo, trabalhador rural, sindicato rural

### **INTRODUÇÃO**

A presença dos sindicatos de trabalhadores rurais passou a ser uma realidade cada mais visível nas pequenas cidade do interior do Brasil a partir da década de 1950 e principalmente nos ano de 1960, época de grande efervescência dos movimentos populares em reivindicação dos direitos das populações rurais contra a opressão do latifúndio.

Segundo Ricardo Antunes o sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil se inicia na década de 1950 com o surgimento das Ligas Camponesas lideradas, segundo a historiografia, por Francisco Julião, advogado e deputado estadual pernambucano.

Fazer uma história do sindicalismo rural no Brasil não pode deixar de relacionar o surgimento dessas entidades com a intensificação dos movimentos sociais pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros.

Segundo Francisco de Assis Lemos a primeira Liga Camponês surgiu em 1954 na cidade de Santo Antônio, Estado de Pernambuco, mais precisamente no Engenho Galiléia. Foi organizada pelo administrador do engenho, José de Souza, o “Zezé da Galiléia” e por José dos Prazeres, líder dos camponeses.

Esses movimentos sociais no campo cresciam junto com os sindicatos operários nacionais, que tiveram no final da ditadura Vargas e durante o governo Goulart um dos

\*Graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
E-mail: marcos.santos41@yahoo.com.br

períodos de maior organização e politização da história do sindicalismo brasileiro, chegando ao auge com a criação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e a organização das Federações e Confederações de Trabalhadores Agrícolas (FETAGs E CONTAG).

### **CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

Ocupando uma área de 400 km<sup>2</sup>, Ubatã está localizada na microrregião cacauceira e caracteriza-se por um clima quente e úmido, sem estação seca prolongada. O município está situado a 14° 12' de latitude e 39° de longitude. Sua temperatura é de 36° no verão e a mínima de 16° no inverno. A umidade relativa do ar situa em torno de 80%.

O município limita-se ao Norte com Gandu e Camamu; ao Sul com Ubaitaba e Gongogi; a Leste com Ibirapitanga e a Oeste com Barra do Rocha. Ubatã é banhado pelo Rio das Contas; a sete quilômetros da sede do município está localizada a Usina Hidroelétrica de Funil.

A economia do município é constituída pela agricultura de subsistência, produção de fruticultura, pecuária, piscicultura. O comércio gira em torno das rendas do município, através dos funcionários, também pelos aposentados e trabalhadores da zona rural, tendo como destaque nesse setor a produção do cacau.

As principais zonas do município são: Dois Irmãos da Mata, Água Branca, Coculo e Vapor.

### **UM POUCO DE HISTÓRIA**

O povoamento da atual município de Ubatã teve início no ano de 1909, quando Severiano José Costa, Antônio Rebouças, João Teles, Manoel Eloi e Vicente Ferreira, se estabeleceram à margem do Rio das Contas e fundaram a povoação de Dois Irmãos,

que ficou pertencendo ao Distrito de Orojó, do município de Camamu. Em 1918 o arraial foi elevado a Distrito de Paz, integrando o município de Camamu. Em 1932 passou a integrar o município de Maraú, sendo mudada a sua denominação para São Sebastião. No ano seguinte, voltou ao domínio de Camamu.

Em 1933 foi desmembrado do município de Camamu, passando a pertencer ao município de Rio Novo, com a denominação de Dois Irmãos.

Pelo Decreto nº. 141, de 31 de dezembro de 1943, ratificado pelo Decreto de nº. 12.978 de 1º de julho de 1944, o Distrito de Dois Irmãos, depois de chamar-se Alfredo Martins, passou denominar-se Ubatã, que na Tupi-Guarani significa “Madeira Rija”.

Em 1952, por força da Lei Estadual nº 514, de 12 de dezembro, foi criado o município de Ubatã e elevado à categoria de cidade, ocorrendo a sua instalação a 7 de abril de 1955. A partir de 1967 foi elevado à categoria de Comarca.

### **O SINDICATO DOS TRABALHADORES RUAIS DE UBATÃ**

Na década de 1960 milhares de trabalhadores trabalhavam nas fazendas de cacau do município sem acesso aos direitos trabalhistas que os trabalhadores urbanos já haviam conquistado, tais como a regulamentação do trabalho da mulher, de menores, o salário mínimo e o acesso a Justiça do Trabalho.

O sindicato dos trabalhadores rurais do município não cumpria com suas obrigações, quais sejam fazer com que os direitos dos trabalhadores fossem assegurados, intermediação entre patrões e empregados e representá-los perante o Estado. Sua atuação sempre se limitou ao assistencialismo médico-odontológico; não havia uma bandeira de luta da entidade em relação às questões trabalhistas e sim uma linha de atuação pautada no assistencialismo e na ‘ajuda’ (ANTUNES, 1991).

Apenas no final da década de 1980 o STR passou a atuar como uma entidade de classe, orientando, os trabalhadores acerca de seus direitos e defendendo-os junto aos fazendeiros e a Justiça do Trabalho, bem como nos cursos de formação sindical que ministrava em parceria com outros órgãos de defesa de grupos sociais marginalizados.

Um grupo de militantes da Pastoral da Diocese de Ilhéus (Carla Vittari, Genildo

“Buruca”, Josival Lemos Barbosa, Luciene dos Anjos Oliveira e Elinalva Barros dos Santos - Suy), inicia em 1977 um trabalho de conscientização junto aos trabalhadores rurais no município de Ubatã e Barra do Rocha, assessorados pela FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) através das assessoras Ana Maria dos Santos e Emerentina Costa e Silva, posteriormente pelo Pólo Sindical da Região Cacaueira, que tinha financiamento da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço, com parceria com CEAS – Centro de Estudos e Ação Social ( Pe. Cláudio Perani e Antonio Dias), Ir. Assunta e Ir. Augusta Senhorinha do grupo (Sagrada Família).

O trabalho desenvolvido acontecia nos municípios onde existiam os Sindicatos de trabalhadores rurais – STRs “pelegos” (Ubatã, Ibirapitanga, Camamu, Wenceslau Guimarães, Aurelino Leal, Gandu, Camacã e Ibicaraí), esses STRs defendia os interesses da classe patronal. O serviço prestado era assistencialista (dentista, clínico geral, festas de final de ano), enquanto isso os direitos trabalhistas eram subtraídos, quase sempre os presidentes desses STRs eram compadres dos empregadores rurais de seus municípios.

Especificamente em Ubatã o trabalho se desenvolvia em formação de base com grupos na zona urbana nas seguintes localidades: Bairro Londrina, Alto da Bela Vista, Rua do Lajedo e Camamuzinho (Distrito de Ibirapitanga); na zona rural, região de Dois Irmãos da Mata. Com esse trabalho o grupo foi identificando trabalhadores associados do STR, alguns poucos em dia com suas obrigações e outros em atraso, pois o STR não mais lhes representava.

Com essa estratégia, conseguiu-se formar um grupo de homens e mulheres dispostos a formar uma chapa para concorrer às eleições que aconteceriam em 20 de dezembro de 1986. No Bairro Londrina foi onde mais surgiram lideranças (Juvenil Alves de Jesus, Ginaldo Alves de Jesus, Maria Senhorinha de Jesus, Sr. Domigos José dos Santos). Ginaldo Alves de Jesus ficou encarregado de descobrir a data da eleição sindical e conseguir uma cópia do edital para poder registra uma chapa.

Houve a eleição e, urnas apuradas na FETAG, em Salvador, Ginaldo Alves de Jesus, chapa 01 ganha com 22 votos de frente. Ele tomou posse em janeiro de 1987. Aí começam os problemas para organizar a entidade, pois o STR acumulou dívidas com o

INSS, FGTS, isso sem falar que não tinha um centavo em caixa, ainda mais a única cópia do Estatuto encontrada na sede estava faltando as páginas do final.

Vários empregados iam ao STR pedir cópia de Rescisão do Contrato de Trabalho e nunca fora encontrado nada. Para a direção que tomou posse a vida orgânica do STR iniciava a partir daquele dia.<sup>1</sup>

Logo após as eleições foi feito o desmembramento dos trabalhadores de Barra do Rocha do STR de Ubatã, conforme consta na Ata da Assembléia Extraordinária do dia dez de fevereiro de um mil novecentos e oitenta e sete, na qual o presidente da entidade expõe os motivos da desvinculação.

*“... em seguida o Sr. Presidente, explicou aos presentes que desde vinte de julho do ano de um mil novecentos e oitenta e seis, que foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Rocha e, desta data para cá não poderia mais o presente Sindicato usar o nome de Barra do Rocha nas documentações.” (ATA, 1987, p. 34).*

A partir daí começaram os debates com trabalhadores do município de Gongogi que era base territorial de Itapitanga, mas se queixava da falta de assistência, daí a pedido da Ir. Luzia Mercedes Marciano formou-se um grupo de trabalhadores que se reuniu quinzenalmente, assim a Sr<sup>a</sup> Marinalva Silva, Sr. Nivaldo, Sr. Antonio Acarias, Sr<sup>a</sup> Domingas, fundaram a Extensão de Base do STR Ubatã em Gongogi, que era acompanhada por Elinalva Barros – Suy.

A antiga gestão tinha deixado muitas pendências para serem resolvidas, principalmente com a parte burocrática do STR: é o que podemos constatar na ata da pagina de número trinta e cinco da reunião realizada no dia treze de dezembro de um mil novecentos e oitenta e sete na qual é colocada questão de alguns documentos que a direção anterior deixou de enviar para a DRT (Delegacia Regional do Trabalho); na referida reunião os associados votaram pelo pedido de anistia junto a este órgão do Poder Judiciário, uma vez que esses documentos não foram encontrados na sede do STR. “ficou deliberado a anistia dos documentos que deveriam ser enviados para a DRT, Delegacia Regional do Trabalho e que pediríamos também a anistia desses documentos a Delegacia, pois os mesmos foram procurados dentro do sindicato porem não foram encontrados” (ATA, 1987, p. 35).

---

<sup>1</sup> Informações recolhidas em conversas informais com associados e ex-associados do Sindicato.

Outro problema a ser enfrentado pela nova gestão eram os resquícios do assistencialismo outrora praticado no Sindicato. Em reunião do dia cinco de junho de um mil novecentos e oitenta e oito podemos constatar o presidente advertindo “que o sindicato não é pra dar a ficha dentária e o exame médico não e sim um órgão de classe dos trabalhadores.” (ATA, 1987, p. 35).

Em um mil novecentos e oitenta e nove, em Assembléia Extraordinária no dia treze de dezembro, por unanimidade o STR decidiu se filiar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), conforme trecho da ata da referida reunião: “... foi realizada, em seguida a votação e, por unanimidade foi aceita a filiação da entidade à Central Única dos Trabalhadores”. (ATA, 1989, P. 36).

Dentro do STR havia uma preocupação em relação a permanência da entidade nas mãos dos trabalhadores rurais, conforme a fala do então presidente da entidade: “eleições sindicais, temos eleições sindicais este ano e sabemos que nessas eleições deste ano irá rolar muito dinheiro, pois existem politiquinhos interessados em tomar o sindicato das mãos dos trabalhadores.” (ATA, 1992, p. 70).

A inadimplência também era um problema para a autonomia da entidade, tendo a diretoria que estabelecer regras para a participação de associados em débito nas eleições e nas votações nas reuniões, conforme ata da mesma reunião. “foi deliberado neste ponto de eleições, que só será anistiado os cinqüenta por cento se pagar todo de uma só vez, senão os cem por cento parcelado.” (Idem).

O STR contava com uma política de formação sindical para os trabalhadores; é o que podemos comprovar no que consta ainda na referida ata: “ficou deliberado que no dia 26 de abril de 1992, acontecerá a primeira Escolinha Sindical do Pólo, das 8:00 hs às 16:00 hs ... e também formação trabalhista todas às quintas-feiras...” Idem, p. 71).

A nova direção reconhece que a única benfeitoria que a gestão anterior fez foi a aquisição da sede própria, terreno dado pela prefeitura municipal, na 1ª gestão do prefeito Androsil Rocha e Silva, construída com a ajuda da prefeitura – mais um motivo para a dependência da entidade para com setores dominantes na sociedade.

O Sr. Ginaldo cumpriu dois mandatos. Durante sua gestão, o STR fez parte da direção da FETAG (Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura), recebeu conferencistas da 1ª Conferência Internacional do Cacau (holandeses, ingleses,

austriacos, franceses) que ficaram hospedados em Ubatã para conhecer propriedades produtoras de cacau na categoria pequena, média e grande.

Isso foi um marco na história da luta sindical rural; também aconteceu a 1ª greve de trabalhadores rurais da região cacauzeira, foi fundada a CUT regional cacauzeira, em 1990 com a participação do político petista Josias Gomes, onde também o STR de Ubatã fez parte da diretoria bem como enviou Delegados para lhe representar no congresso de fundação da referida entidade; é o que fica evidenciado no cabeçalho da ata da reunião do dia primeiro de outubro de um mil novecentos e oitenta e nove. (p. 47, verso)

O STR tornou-se referencia de luta, primeiro pela coragem, segundo pela persistência de um pequeno grupo que acreditava que o STR era um instrumento de luta dos trabalhadores e, as empregadas domésticas, os servidores públicos passaram a ter o STR como sua referencia.

Ao mesmo tempo em que chamava os trabalhadores para a ação, para lutarem pelos seus direitos era perseguido pelos patrões, que não se conformavam em ter de tratar com ex-funcionários como autoridades na sede do STR, bem como nas reuniões e atividades onde o Sr. Ginaldo Alves de Jesus e membros da diretoria fizeram parte de várias mesas de debates no município e na região. No ano de 1995 Ginaldo Alves de Jesus já na condição de ex-presidente do sindicato teve de sair da cidade por causa de ameaças que vinha sofrendo por parte de fazendeiros da região. Também o STR inovou, fazendo parceria com a FASE – Solidariedade e Educação -, que colaborou muito na formação dos novos dirigentes sindicais com cursos de formação sindical, oficinas e seminários; a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Também o STR Ubatã-Gongogi participou ativamente na campanha das assinaturas para a aprovação do artigo 7º da Constituição de 1988 referente aos direitos sociais. Em 1989 o STR era um dos vinte e seis sindicatos participantes da campanha salarial unificada dos trabalhadores da região cacauzeira, uma campanha memorável; a pauta de

---

<sup>2</sup> <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>

reivindicações continha desde o piso salarial dos trabalhadores rurais no cacau até o tamanho das caixas de cacau e o peso que cada dupla de trabalhadores poderia carregar e o preço de cada uma delas. (ATA, 1989, P. 37-44).

O sucessor do Sr. Ginaldo Alves de Jesus foi o Sr. Ramiro José Fagune, que também cumpriu dois mandatos; nesse período o STR continuou fazendo parte da coordenação do Pólo Sindical da Região Cacaueira, que logo fechou por falta de organização, e foi fundado o Jupará - Assessoria Agroecológica, onde o STR também fez parte do Conselho Deliberativo. É uma organização não governamental, que atua com atividades de capacitação em áreas de agricultura familiar e projetos de assentamentos, assim como na capacitação dos técnicos que nos auxiliam no trabalho junto às famílias camponesas. Principalmente nas áreas de associativismo, Gênero,

Mulheres, Saúde Holística, Agroecologia, Cooperativismo, Certificação e Comercialização de produtos orgânicos<sup>3</sup>. Ainda nessa gestão aconteceu a ocupação das primeiras fazendas no entorno do município de Ubatã (Gongogi, Ubaitaba, Ibirapitanga, Maraú, e Barra do Rocha). Em todas essas ocupações o STR participou ativamente, quer seja no apoio, quer seja indo diretamente para os acampamentos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Sindicato dos Trabalhadores significou para os que dele utilizaram um importante aliado na concretização de direitos fundamentais que lhes foram negados durante décadas. Através da ação da entidade muitas pessoas puderam obter suas aposentadorias por tempo de serviço, conseguir ganhar causas na Justiça do Trabalho.

Atualmente praticamente não se procura o Sindicato, sendo o mesmo procurado apenas para dar informações, pouco atuando diretamente junto aos trabalhadores. Na maioria dos processos trabalhistas as partes procuram diretamente a Justiça Trabalhista, sendo também que grande parte das fazendas hoje estão em regime de meia ou parceria,

---

<sup>3</sup> <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>

o que modificou profundamente as relações jurídicas entre os donos da terra e os trabalhadores meeiros ou parceiros.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. L. C. O que é sindicalismo. 18 ed. São Paulo, brasiliense, 1991.

Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubatã, Livro 2, 1986-1995.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. Nordeste. O Vietnã que não houve/ Ligas Camponesas e o golpe de 64. – Londrina. Ed. UEL / Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1996.

<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10> acessado às 14:00, 28m.

[http://br.guialocal.com/jupara\\_assessoria\\_agroecologica.html](http://br.guialocal.com/jupara_assessoria_agroecologica.html) acessado às 14:00, 40m.

### BIBLIOGRAFIA LEVANTADA

CANÊDO, Letícia Bicalho. A classe operária vai ao sindicato. 4. ed São Paulo: Contexto, 1997.

COGO, Anna Lucia. **Corporativismo no sindicalismo e formação sindical cutista.** Belo Horizonte: UFMG, 1995. 194p Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.